



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 639/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1526/2014 – 05 volumes.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus – MANAUSMED.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Sr. Roberto Valiante de Souza, Diretor Executivo da MANAUSMED.

**6- Unidade Técnica:** DICA/MA – Relatório Conclusivo nº. 13/2014 (fls. 794/841).

**7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3519/2014-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 843/859)

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus – MANAUSMED. Exercício 2013.

*Contas Irregulares. Multas aos Srs. Roberto Valiante de Souza, Luiz Irapuan Pinheiro e Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto. Prazo. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Determinação a origem e ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão. Recomendação ao Chefe do Executivo Municipal. Conhecimento a CMM. Comunicação à Prefeitura Municipal de Manaus.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1 Julgar Irregulares** as Contas do Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus – MANAUSMED, exercício de 2013, de responsabilidade do Diretor Executivo e Ordenador de Despesas, Sr. **Roberto Valiante de Souza**, em atenção ao disposto no art. 54, inciso II, VI e VII c/c art. 25, da Lei n. 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas explicitadas no Relatório/Voto.

**9.2- Aplicar multa** ao Senhor **Roberto Valiante de Souza**, Diretor Executivo do MANAUSMED, exercício 2013, nos termos discriminados abaixo:

**9.2.1- De R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, inciso II, da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 308, inciso VI da Resolução n. 04/2002, por ato praticado **com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** devido às restrições não sanadas dos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e subitens 1.4.1, 1.4.2, 1.4.3, 1.4.4, 1.6.1, 1.6.2, 1.6.3 e 1.6.4 do Relatório/Voto;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 639/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.2.2-** De **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), conforme o esculpido no art. 54, inciso VII, da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 308, inciso IV, alínea "b" da Resolução n. 04/2002, por **reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal** devido à restrição não sanada constante no item 1.7 do Relatório/Voto.

**9.3- Aplicar multa** ao Senhor **Luiz Irapuan Pinheiro**, Ex-Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, exercício 2013, nos termos discriminados:

**9.3.1-** De **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), consoante o art. 54, inciso II, da Lei no 2.423/96 c/c o art. 308, inciso VI da Resolução n. 04/02, **por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** devido às restrições não sanadas conforme descrito nos itens 2.1, 2.2, 2.4 e 2.5 do Relatório/Voto;

**9.3.2-** De **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), no termos do art. 54, inciso VII, da Lei no 2.423/96 c/c o art. 308, inciso IV, alínea "b" da Resolução nº 04/2002, por **reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal** devido à restrição não sanada consoante o item 2.3 do Relatório/Voto;

**9.4- Aplicar multa** ao Senhor **Serafim Pereira D'alvim Meirelles Neto**, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, exercício 2013, nos termos discriminados abaixo:

**9.4.1-** De **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme o art. 54, inciso II, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, inciso VI da Resolução n. 04/2002, **por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** devido às restrições não sanadas de acordo com os itens 3.1, 3.2, 3.4, 3.5 e 3.6 do Relatório/Voto;

**9.4.2-** De **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), de acordo com o art. 54, inciso VII, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, inciso IV, alínea "b" da Resolução n. 04/2002, por **reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal** devido à restrição não sanada, nos termos do item 3.3 do Relatório/Voto;

**9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, para que os responsáveis supra, recolham os valores das multas, que lhes foram aplicadas, aos cofres públicos (art. 72, III, "c", da Lei n. 2.423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**9.6- Autorizar**, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE;

**9.7- Encaminhar** ao atual Diretor Executivo, com fins de rigoroso cumprimento, as determinações elencadas a seguir:

**9.7.1- Determine** que a origem cumpra com rigor o Plano Diretor de Informática previsto na alínea "b" do inciso II da Cláusula Décima Quarta do Contrato de Gestão, tendo em vista as deficiências constatadas nas áreas fim e principalmente área meio;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 639/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.7.2- Determine** que a origem, no prazo de 60 (sessenta) dias, faça eleição de novo membro do Conselho Fiscal representante dos Servidores Segurados Inativos e Pensionistas, considerando o impedimento legal do atual membro previsto nas alíneas "e" do item 1.2.2 das Normas Profissionais de Auditor Independente-NBC P 1;

**9.7.3- Determine** que a origem cumpra com rigor o estipulado no art. 39 de seu Regimento Interno, onde se discrimina as atribuições do Controle Interno.

**9.7.4- Determine** que a origem passe a publicar no Diário Oficial do Município os seus orçamentos anuais, conforme prevê os incisos I e IX da Cláusula Segunda do Contrato de Gestão.

**9.8- Determinar** que o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão cumpra com rigor o estipulado na Cláusula Quarta do Contrato de Gestão que atribui a responsabilidade ao Gestor dessa pasta de exercer a supervisão do MANAUSMED;

**9.9- Recomendar** que o Chefe do Executivo Municipal altere a natureza jurídica do MANAUSMED, haja vista a inobservância do art. 60 e consequentemente do art. 101 da Lei n. 4.320/64;

**9.10- Dar conhecimento** à Câmara Municipal de Manaus - CMM, conforme o inciso XIV, do art. 1º, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 5º, XIV, da Resolução n. 04/2002 - RITCE/AM do presente Acórdão;

**9.11- Comunicar** à Prefeitura Municipal de Manaus que a eventual reincidência nas impropriedades constatadas nos autos poderá acarretar na irregularidade das contas futuras, conforme prevê o art. 22, III, §1º, da Lei Estadual n. 2.423/96.

**10- Ata:** 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 26 de agosto de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral